

Sarney diz que mudanças constitucionais só após pleito

—Embora admitindo a necessidade de uma reforma constitucional destinada a “alterar os dispositivos que refletem uma fase política já superada”, o presidente do PDS, senador José Sarney, advertiu ontem que a discussão da matéria é inoportuna: “Até novembro, todas as atenções políticas devem estar voltadas para a realização das eleições”.

Novas prerrogativas parlamentares e a inclusão na Carta Magna de recentes conquistas sociais também foram defendidas pelo senador, para quem o restabelecimento do quórum de 2/3 para aprovação de emendas constitucionais não impede alterações dessa ordem: “Pelo contrário, até estimula a busca de soluções consensuais para a reforma”.

O dirigente partidário deixou claro sua posição contrária à transformação do Congresso em Assembléia Constituinte, já que em sua opinião não é necessária a redação de toda uma nova Carta Constitucional. Quanto à idéia do jurista Afonso Arinos no sentido da votação de um ato adicional dando atribuições constituintes ao Legislativo para possibilitar a aprovação da reforma por maioria simples, Sarney lembrou que a própria votação do Ato necessitaria do “quorum” de 2/3.

Embora sem aprofundar-se na análise dos dispositivos constitucionais passíveis de modificação, o presidente do PDS afirmou que o seu partido “não deseja o imobilismo conservador nem o reformismo revolucionário” e que, vencendo as próxi-

mas eleições, continuará apoiando o projeto de abertura cujo coroamento se daria com a reforma constitucional.

Ao justificar o cancelamento da concentração nacional dos candidatos pedessistas, prevista para o próximo dia 15 de outubro em Belo Horizonte, o senador Sarney informou que os próprios postulantes dirigiram solicitações neste sentido à direção nacional do partido, alegando que a reunião interromperia a fase mais intensa da campanha eleitoral.

O presidente do PDS fez questão de negar qualquer conotação política na decisão de cancelar o encontro, que seria encerrado pelo próprio presidente Figueiredo e do qual resultaria um manifesto nacional do partido a ser divulgado em todo o País.